



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Santa Isabel do Ivaí, 4 de novembro de 2022

RELATÓRIO CONCLUSIVO ENTREGA CONSCIENTE

I. IDENTIFICAÇÃO

Comarca: Santa Isabel do Ivaí-PR

Vara: Infância e Juventude – 9ª Equipe de atendimento Regional Multidisciplinar.

Endereço: RUA. José Bonifácio Nº140, Santa Isabel do Ivaí-PR

Telefone: (44) 3259-7373

Responsáveis Técnicos:

Anderson Quintino Martins – Assistente Social Judiciário CRESS.PR 7888- Mat. 52780

Jaqueline Lanza Zinato - Estagiária – Mat. 278955.

Meeyri Fugita Paulino de Castro Psicóloga Judiciária, CRP/PR 18096 Matrícula - 52785

II. Justificativa

A gravidez indesejada ou não planejada gera grande discussão social pois o tema permeia muitos preconceitos, na maioria das vezes em relação a mãe ou gestante, que acabam sendo julgadas duramente. Uma gravidez indesejada deriva de muitos motivos, como: estupro, falta de planejamento familiar, falta de educação sexual, ou apenas aconteceu em um momento onde a mulher (ou casal) não está preparado para receber e exercer os cuidados necessários que uma criança exige, sendo assim, muitas vezes a mulher (ou casal) acaba optando por vias que não estão de acordo com a lei como o aborto, abandono de incapaz ou adoção irregular. Isso ocorre pela falta de informação, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990), assegura o direito das gestantes e mães a entrega de forma voluntária.

Art. 13. (...) § 1º As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.

Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Juventude.

Independente da razão pela qual a gestante ou mãe está realizando a entrega, ela está exercendo seu direito e deve ser respeitada, a partir do momento em que for manifestado o interesse da entrega, as gestantes ou mães deverão ser encaminhadas sem qualquer constrangimento à Justiça da Infância e da Juventude. Tende-se mencionar que não é apenas os direitos das gestantes e mães que estão sendo respeitados, mas em especial o das crianças, pois a entrega voluntária assegura a proteção da vida e da integridade física e psicológica desta criança.

O projeto de intervenção, Entrega Consciente, visa extinguir dúvidas relacionadas a casos de pretensão de entrega de crianças para a adoção de forma voluntária, esclarecer o que é necessário para que ocorra a entrega de acordo com a lei e sanar preconceitos que permeiam este assunto. O projeto irá orientar a rede de proteção de como se deve agir mediante a entrega voluntária, assegurando-os de seus deveres como rede de proteção. O processo é sigiloso, protege a mãe e a criança, é acompanhado e autorizado pelo Poder Judiciário. A gestante ou a mãe que optar pelo processo e que procurar postos de saúde, hospitais, conselhos tutelares ou qualquer órgão da rede de proteção à infância para manifestar esse interesse, será obrigatoriamente encaminhada para a Vara da Infância e da Juventude e será acompanhada por uma equipe técnica, que conta com serviços de assistência: jurídica, psicológica e em Serviço Social. Serão avaliados os aspectos psicológicos e sociais que envolvem a entrega voluntária desta gestante ou mãe, após realização dos estudos se a gestante ou mãe quiser continuar com o processo de entrega então se iniciará a busca pela família extensa desta criança, vale destacar que é a gestante ou mãe que decide se quer divulgar o nome do genitor da criança, bem como manter o nascimento da criança em sigilo dos familiares ou de qualquer outra pessoa de seu convívio social, se optar divulgar o nome do genitor este será informado sobre a entrega e decidirá se tem o desejo de obter a guarda da criança ou não, a gestante também pode indicar nomes de familiares que assumiriam a guarda da criança, se o nome do genitor não for informado, ou este não manifestar interesse, ocorrerá a busca pela família extensa, pois



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

a prioridade é possibilitar a permanência da criança em sua família de origem ou a alguém da família extensa. Encontrada a família extensa, e manifestado o interesse pela criança, realizar-se á perícia psicológica e a em Serviço Social com aqueles que manifestaram interesse, após estudos conclusos, se o parecer for favorável terá uma audiência de entrega e assim a colocação na família extensa, se não for encontrada a família extensa, ou se o parecer for desfavorável, haverá uma audiência de encaminhamentos e a criança será encaminhada a adoção.

Todavia, se a mãe ou gestante desistir da entrega voluntária em até 30 dias, contando a partir do dia do acolhimento, a criança será mantida com os genitores e será determinado pela Justiça da Infância e da Juventude o acompanhamento familiar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

III. Público Alvo

IV. Todos os cidadãos pertencentes a Comarca de Santa Isabel do Ivaí, em especial, membros da rede de proteção, (Saúde, Assistência Social, Educação e Conselho Tutelar)

Saúde: Agentes comunitários, Enfermeiros, Médicos de instituições públicas e privadas, Secretários da saúde, e Dentistas;

Assistência Social: Profissionais de nível superior da rede de proteção social básica e especial;

Conselho Tutelar: Conselheiros (as) tutelares;

Educação: Professores, Diretores, Pedagogos (as) e Secretários (as) de educação.

V. Objetivo Geral

Capacitar profissionais da rede de proteção social (saúde, educação, Assistência Social) quanto a importância do acolhimento, orientação e acompanhamento adequado a gestantes ou casais que queriam entregar seu filho (a) para a adoção de forma voluntária nos moldes da legislação vigente.

VI. Objetivos Específicos

- Qualificar o máximo de profissionais da rede de proteção (saúde, educação, assistência social) sobre como se posicionar frente a mãe e/ou casal que manifeste o desejo de entregar seu filho à adoção;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

- Propiciar condições para que os profissionais da rede de proteção (saúde, educação, assistência social) tornem-se disseminadores de conhecimento visando romper eventuais tabus quanto a entrega para a adoção;
- Diminuir o sofrimento das gestantes que decidem entregar seu filho para adoção advindos do sentimento de culpa, preconceitos morais e julgamento social;
- Fortalecer a rede de atendimento a gestante e estabelecer o fluxo adequado de atendimento a gestante optante pela entrega consciente;

VII. Metas

- Garantir que todos os profissionais da rede de proteção (saúde, educação, assistência social) tenham contato e conheçam o fluxo de atendimento a gestante que deseja entregar seu filho;
- Disseminar o conhecimento quanto a entrega consciente;
- Certificar-se através de portaria específica que toda rede de proteção terá conhecimento e irá respeitar o fluxo de atendimento;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

VIII. Descrição das ações

O que será feito?	Por que será feito?	Onde será feito?	Quando será feito?	Por quem será feito?	Como será feito?	Quanto irá custar?
Palestra para profissionais da Saúde, Assistência Social, Educação e Conselho Tutelar	Para apresentar o presente projeto e orientar os profissionais acerca de seus deveres e dos direitos das gestantes e mães quanto a entrega consciente.	Centro de Cultura de Santa Isabel do Ivaí/PR	10/10/2022	Dra. Natalia Calegari Evangelista, Juíza da Comarca. Anderson Quintino Martins, Assistente Social judiciário, e Meeyri Fugita Paulino de castro, Psicóloga judiciária.	Os profissionais da rede de proteção (saúde, assistência social, educação e conselho tutelar), serão convocados a comparecer em uma palestra, de apresentação do tema via e-mail.	Valores referentes ao expediente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Palestra para profissionais da Saúde, Assistência Social, Educação e Conselho Tutelar.	Para apresentar o presente projeto e orientar os profissionais acerca de seus deveres e dos direitos das gestantes e mães.	Santa Mônica/PR	14/10/2022	Dra. Natalia Calegari Evangelista, Juíza da Comarca. Anderson Quintino Martins, Assistente Social judiciário, e Meeysi Fugita Paulino de castro, Psicóloga judiciária.	Os profissionais da rede de proteção (saúde, assistência social, educação e conselho tutelar), serão convocados a comparecer em uma palestra, de apresentação do tema via e-mail.	Valores referentes ao expediente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Palestra para profissionais da Saúde, Assistência Social, Educação e Conselho Tutelar.	Para apresentar o presente projeto e orientar os profissionais acerca de seus deveres e dos direitos das gestantes e mães.	Planaltina do paraná/PR.	17/10/2022	Dra. Natalia Calegari Evangelista, Juíza da Comarca. Anderson Quintino Martins, Assistente Social judiciário, e Meeysi Fugita Paulino de castro, Psicóloga judiciária.	Os profissionais da rede de proteção (saúde, assistência social, educação e conselho tutelar), serão convocados a comparecer em uma palestra, de apresentação do tema via e-mail.	Valores referentes ao expediente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Palestra de divulgação do projeto para Servidores terceirizados e estagiários da Comarca de Santa Isabel do Ivaí	Para apresentar o presente projeto e orientar os servidores terceirizados e estagiários da Comarca de Santa Isabel do Ivaí, de como proceder em casos de entrega consciente.	Fórum da Comarca de Santa Isabel do Ivaí.	21/10/2022	Dra. Natalia Calegari Evangelista, Juíza da Comarca. Anderson Quintino Martins, Assistente Social	Será enviado um convite através do e-mail convidando os servidores terceirizados e estagiários da Comarca a participarem da palestra de divulgação do projeto que ocorrerá Através do aplicativo TEAMS.	Valores referentes ao expediente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

				judiciário, e Meeyri Fugita Paulino de castro, Psicóloga judiciária.		
Encaminhamento de ofícios ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Visando arrecadar recursos para a confecção de cartazes, folder's e demais materiais de apoio;	Junto aos CMDCAs das 3 cidades da comarca;	Entre agosto e setembro de 2022	Anderson Quintino Martins, Assistente Social judiciário; Jaqueline Lanza Zinato, estagiária de serviço social.	Será apresentado o projeto para, e pedido a contribuição se possível da CMDCA.	Recurso adquiridos via licitação através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Readequação do cartaz do projeto para a realidade da comarca	Com o objetivo de tornar conhecida e disseminada a entrega consciente.	Nos municípios pertencentes a Comarca de Santa Isabel do Ivaí.	Julho a agosto de 2022	Jaqueline Lanza Zinato, estagiária de serviço social.	Através da readequação da arte do cartaz da comarca de Ponta Grossa para a realidade da comarca de Santa Isabel do Ivaí	Valores referentes ao expediente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

IX. Relatório de Avaliação dos resultados obtidos:

O lançamento do projeto Entrega Consciente aconteceu em 3 (três) datas diferentes, para atender todos os três municípios pertencentes a Comarca, o objetivo de ocorrer no município em um local neutro, era o de aproximar a Comarca dos Jurisdicionados, apresentando uma gestão que vai ao encontro da comunidade local em suas diversas realidades. No dia 10/10/2022 o lançamento foi realizado no município de Santa Isabel do Ivaí, estavam presentes, profissionais da Educação, Conselho Tutelar e a equipe de reportagem do Portal Cidade Loanda, entretanto, na data em questão, não compareceram os profissionais da área da Saúde e Assistência Social, todavia, o roteiro de lançamento do projeto seguiu conforme o programado. No dia 14/10/2022 o lançamento foi realizado no município de Santa Mônica, o evento ocorreu conforme o planejado, contando com a presença de todos os profissionais convidados. No dia 17/10/2022 o lançamento foi realizado no município de Planaltina do Paraná, o evento ocorreu conforme o planejado, contando com a presença de todos os profissionais convidados. No dia 21/10/2022 o lançamento foi realizado no Fórum da Comarca, de maneira presencial, no Tribunal do Júri, a princípio o evento ocorreria de forma online, pelo aplicativo Microsoft Teams, para os servidores e estagiários do fórum da Comarca, porém, foram convidados novamente os profissionais da área da saúde e assistência social, do município de Santa Isabel do Ivaí, que não compareceram no lançamento do projeto no dia 10/10/2022. O evento ocorreu conforme o planejado, contando com a presença dos profissionais convidados, além da presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos profissionais da APAE.

No total o evento contou com 119 participantes sendo 14 em Santa Isabel do Ivaí, 37 em Planaltina do Paraná, 38 em Santa Mônica e 30 no Tribunal do Júri (descontando estagiários e servidores que não assinaram a lista de presença). Os municípios aderiram à campanha e cada cidade produziu 50 cartazes nos moldes e com as alterações sugeridas. Destaca-se que o Município de Santa Mônica além dos cartazes produziu folders com a mesma finalidade. O



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

jornal local Portal Cidade de Loanda¹, contribuiu positivamente com o projeto realizando uma reportagem detalhada sobre a explanação do tema proposto.

Com base em um questionário de perguntas abertas e fechadas distribuídos aos finais de cada palestra realizada, buscou-se através de uma pesquisa quali-quantitativa² avaliar o entendimento e a compreensão dos participantes sobre o tema, obtendo-se os seguintes resultados:

1. O tema foi relevante?



100% dos entrevistados responderam que o tema apresentado foi relevante. Entende-se assim que os participantes da rede de proteção presentes nos eventos compreenderam que, em que pese haver poucos casos na comarca há necessidade e pertinência de se abordar um tema de tal relevância. Pode-se inferir que para que haja o engajamento coletivo a favor de uma causa é necessário que aqueles a que se pretende envolver entendam que o tema é relevante.

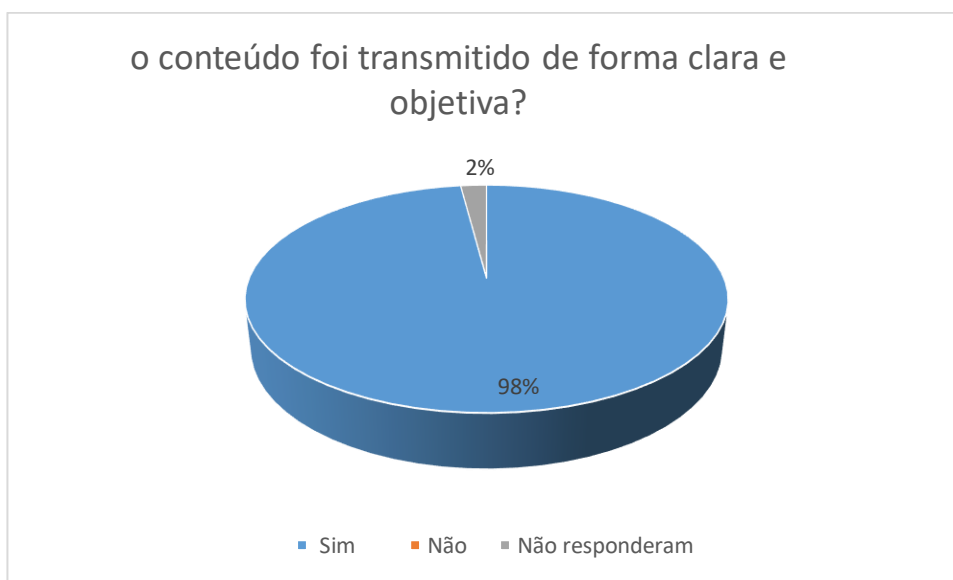
¹ <https://loanda.portaldacidade.com/noticias/regiao/adocao-comarca-de-santa-isabel-do-ivai-lanca-projeto-entrega-consciente-4016>

² A modalidade de pesquisa quali-quantitativa “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106).



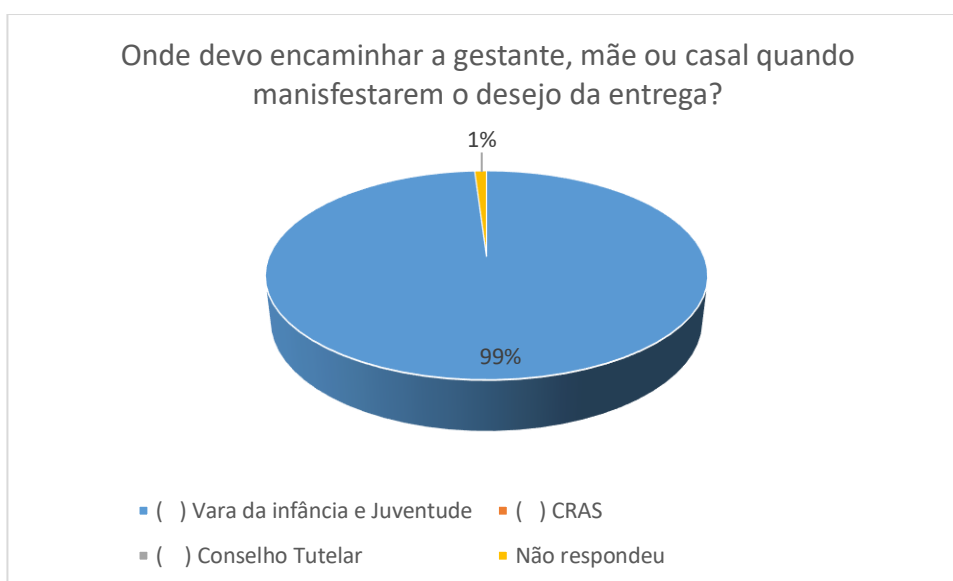
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

2. O conteúdo foi transmitido de forma clara e objetiva?



98% dos entrevistados responderam que o tema apresentado foi transmitido de forma clara e objetiva. Com isso, se entende que os palestrantes conseguiram disseminar as informações sanando as dúvidas dos presentes.

3. Para onde devo encaminhar a gestante, mãe ou casal quando manifestarem o desejo da entrega?





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

99% dos entrevistados responderam na Vara da Infância e Juventude. Havia uma preocupação quanto a garantia do entendimento dos presentes sobre a importância de se encaminhar a gestante para a Vara da Infância e Juventude. Os municípios que a comarca abrange tem em média de 3 a 9mil habitantes. O não entendimento da rede de proteção quanto ao encaminhamento para Vara da infância, além de inúmeros encaminhamentos desnecessários poderia acarretar em quebra do sigilo quanto a entrega consciente. Entende-se através deste resultado que os entrevistados estavam atentos a palestra e obtiveram o conhecimento proposto.

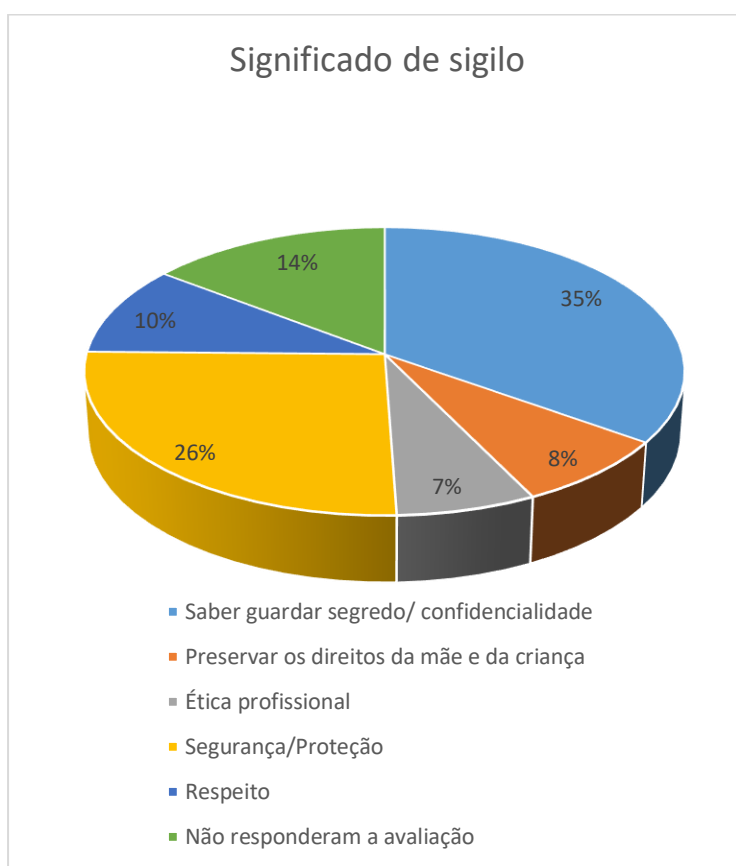
Síntese dos dados obtidos nas perguntas abertas:

Para você qual é o significado de sigilo?		
Número de respostas	Síntese de categorias	Exemplos de respostas
31	Saber guardar segredo/ confidencialidade	Significa que alguém confiou em você, e você não pode contar a ninguém. Boca fechada. Levar e contar somente ao judiciário. Só pode saber quem a gestante, mãe, casal procurar e mandar para vara da infância.
7	Preservar os direitos da mãe e da criança	Preservar a integridade da criança. Preservar a criança. Manter a vida da gestante. Garantir direitos.
6	Ética profissional	Está ligado a ética moral da profissão.
23	Segurança/Proteção	Segredo para proteger. Manter a pessoa segura do vai fazer. Proteção das partes. Proteger informações.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

		Proteção e preservação. Para dar segurança e respeito aos envolvidos. Proteção absoluta da mãe. Segurança e descrição.
9	Respeito	Respeitar à vontade e proteger. Respeito a integridade da criança. Contrato de respeito com o outro.
13	Não responderam a avaliação	



35 % dos entrevistados após a palestra descreveram que para eles sigilo é guardar segredo. Entende-se tal fato como positivo pois os participantes assimilaram o entendimento quanto a importância do sigilo no programa e na proteção dos direitos da criança e da gestante.

26% dos entrevistados após a palestra descreveram que para eles sigilo é segurança e proteção. Entende-se tal fato como positivo pois os participantes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

assimilaram o entendimento de que o projeto visa proteger e assegurar o direito a entrega de forma segura e sem constrangimento e principalmente proteger a criança.

14% dos entrevistados após a palestra optaram por não responder a avaliação.

10% dos entrevistados após a palestra descreveram que para eles sigilo é respeito. Entende-se tal fato como positivo pois os participantes entenderam que independente de seus posicionamentos pessoais, o direito das gestantes e mães deve ser respeitado.

8% dos entrevistados após a palestra descreveram que para eles sigilo é preservar o direito da criança e da mãe. Entende-se tal fato como positivo pois os participantes entenderam que o projeto visa preservar o direito à vida digna da criança e garantir o direito da entrega como previsto pela lei.

7% dos entrevistados após a palestra descreveram que para eles sigilo é Ética profissional. Entende-se tal fato como positivo pois os participantes captaram o entendimento quanto a importância de exercer suas funções agindo de acordo com sigilo profissional exigido pela lei.

Possui alguma sugestão/ consideração		
Número de respostas	Síntese de categorias	Exemplos de respostas
3	Aumento das capacitações.	Fazer rodas de conversa sobre o tema com a rede de proteção. Ter mais palestras sobre o tema. Tornar mais claro o funcionamento do processo de adoção.
5	Publicitação de informações	Dar mais publicidade ao assunto, como palestras em escolas, igrejas, etc... Ter mais divulgação do tema. Expor o tema para a população. Palestras, reuniões, orientações em locais públicos.

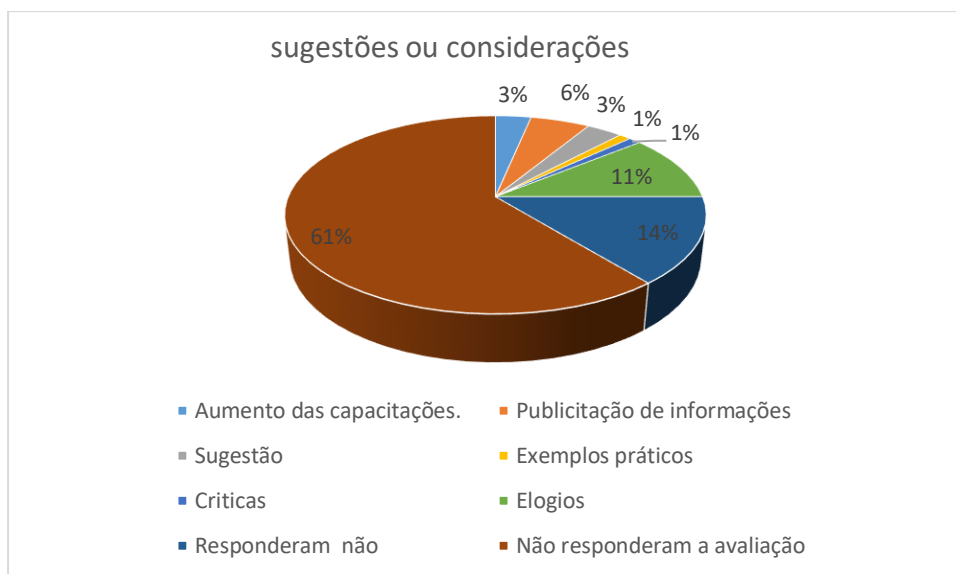


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

		Deixar a mãe da criança e seus familiares a par da adoção.
3	Sugestões diversas	Priorizar e atender os órgãos de defesa, inclusive o Conselho Tutelar. Melhorar o apoio com os órgãos de defesa, roda de conversas com os profissionais da rede de proteção, prioridade aos pedidos e solicitações dos órgãos de defesa. Gostaria que tivesse uma lei onde operação fosse permitido para gestante com apenas um filho, dessa forma não teria tanta criança sem lar, em sofrimentos.
1	Exemplos práticos	Trazer casos práticos além de métodos e legislação.
1	Fazer críticas	Para nós da cidade pequena vai gerar muita polemica.
10	Apresentar Elogios	Gostei muito, bem apresentado e sanei as dúvidas. Informações de alta importância. Tema bem apresentado. Parabéns. Parabenizar a iniciativa de aproximar o judiciário do executivo. Continuar com projetos e temas.
13	Responderam não	
56	Não responderam a avaliação	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ



61% dos entrevistados após a palestra não apresentaram sugestões ou considerações.

14% dos entrevistados após a palestra responderam não.

11% dos entrevistados após a palestra elogiaram a apresentação. Entende-se tal fato como positivo, pois os participantes entenderam a importância do tema apresentado e ficaram satisfeitos pela forma como foi apresentado.

6% dos entrevistados após a palestra responderam quanto a importância da socialização de informações. Entende-se a partir deste dado que os participantes entenderam a importância do tema, e querem que tal tema seja disseminado a todos os cidadãos.

14% dos entrevistados após a palestra responderam aumento das capacitações.

Entende-se tal fato como positivo pois os participantes se mostram interessados com o tema apresentado e pedem por mais palestras, para sempre estar agregando mais conhecimentos. Por outro lado, demonstra-se a fragilidade da rede de proteção em manter a formação continuada.

3% dos entrevistados após a palestra propuseram sugestões diversas. Entende-se tal fato como positivo pois os participantes se mostram interessados com o tema apresentado e sugerem maneiras de melhorar o desempenho da rede de proteção.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

1% dos entrevistados após a palestra responderam exemplos práticos. Entende-se através de tal fato que a (o) participante busca por exemplos concretos que já ocorreram, para saber como proceder de forma correta.

1% dos entrevistados após a palestra responderam crítica. Entende-se através destes dados que a (o) participante possui receio quanto a reação da população ao tema apresentado, pois é um assunto que permeia preconceitos. Ambos os dados se figuram positivamente por representarem o universo de 1%. Por vezes a busca incessante por exemplos se dá com o objetivo de copiar a atividade exitosa em um padrão sequencial. Todavia em se tratando da abordagem social aplicada a realidade não existem padrão pois em que pese a legislação e o projeto local dar diretrizes do que fazer, cada processo terá uma realidade singular, ficando as certezas somente no campo das conjecturas.

X. Conclusão

Diante do contido no processo avaliativo, pode-se afirmar que o projeto concluiu com seu objetivo primordial de fomentar e socializar na comunidade local a importância da discussão quanto a entrega de bebês para a adoção e a necessidade de a comarca estar preparada para eventuais casos. Do que se avalia na totalidade no projeto é possível sua manutenção e replicação em outras comarcas sendo necessário alguns ajustes simples. Dentre os ajustes que se percebem como necessários indica-se a mudança de horário das palestras para o horário de expediente do servidor da rede de proteção, visando ampliar o público alvo, e também a concentração das palestras em uma ou duas datas, pois a realização de 4 palestras nos mesmos moldes prejudicou o cronograma de atividades da ERAM acarretando em lentidão na entrega dos processos. Assim há que se destacar que os projetos de intervenção que ocorrem no âmbito da ERAM devem ser realizados de forma curta e objetiva e se possível que seja conduzido por um estagiário (a) sob a supervisão de um profissional, para não prejudicar as rotinas de trabalho preestabelecidas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

XI. Referências

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 21/07/2022.

SEITJPR Nº 0078204-16.2022.8.16.6000. Despacho Nº 7834376 – SC – JU – GJ. Expediente inaugurado para organizar e orientar o encaminhamento dos casos envolvendo pretensão de entrega voluntária para adoção. Comarca de Siqueira Campos - PR

BRASIL. Projeto Entrega Consciente da Comarca de Ponta Grossa – PR. Disponível em: <https://www.varadainfanciapontagrossa.com/sobre-1-czca>. Acesso em: 21/07/2022.

KNECHTEL, Maria do Rosário. Uma abordagem teórico-prática Metodologia da pesquisa em educação dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

Atenciosamente

Jaqueline Lanza Zinato
Estagiária de Serviço Social
Matrícula 278955

Supervisor

Anderson Quintino Martins
Assistente Social Judiciário
CRESS/PR 7888 Matrícula 52780



Santa Mônica, 14 de outubro

LISTA DOS PROFISSIONAIS PRESENTES NO LANÇAMENTO DO PROJETO ENTREGA CONSCINETE

	NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	CARGO	TELEFONE
1.	Amazilia Mario do Sul	UBS	ACS	44 99860-5215
2.	Dandara Cristina de Lenc M. Pires	UBS	ACS	44 991262917
3.	Robricia Brumada Santos de Souza	UBS	ACS	44:991.05.09.65
4.	Elizângelo C. Toledo	UBS	ACS	44 991111126
5.	Austiane Ap.º Gomes das Neves	CRAS	Recepção	44 991665977
6.	Milza P. marcondes	CRAS		99 1077853
7.	Leuzete Maria S. Chelmo -	CRAS		91 251894
8.	Elaine de Oliveira Souza	Conselho Tutelar	Conselheira	991198267
9.	Thays C. P. N. Prado	Conselho Tutelar	Conselheiro	997338476
10.	Bruno G. Charlesch	Operador ad. Unio	Op. ad. Unio	991592254.
11.	Andressa R. Miloni	Solo Empreendedora	Agente Desenvol	991135123
12.	Matheus C. P. P. P.	Engenheiro	Atividade de Projeto	991313537
13.	Gabrielly Pragal dos Santos	UBS	Odontóloga	991318966
14.	Quarana Socorro da Silva	Conselho Tutelar	Conselho Tutelar	991080105
15.	Rodrigo SIMÃO FERREIRA	PREFEITURA	SECRETARIO	991075809
16.	Emily de Góis Silva	Sc. Saúde	Psicóloga	991369462
17.	Maria Kelys Jordim	SMS	Enfermeiro	991021387

LISTA DOS PROFISSIONAIS PRESENTES NO LANÇAMENTO DO PROJETO ENTREGA CONSCINETE

Santa Mônica, 14 de outubro

18.	Fabiana Barbara dos Santos	UBS	ACS	44 991062418
19.	FRANCIANI BARBIERI FAVARO	UBS-NIS II	Fisioterapia	44 99 9340708
20.	Camilly Perazzo	GRAS	estagiária psico	44 991025943
21.	Carbone Lenice Dominico da Loupa	UBS - NIS II	farmacêutica	(41) 99811-1401
22.	Patrícia Joazeira C. Budim	UBS	Enfermeira	993454570
23.	Petersona Ferreira Sardi	Ação Social	Secretaria	99999.4959
24.				
25.				
26.				
27.				
28.				
29.				
30.				
31.				
32.				
33.				
34.				
35.				
36.				
37.				



LISTA DOS PROFISSIONAIS PRESENTES NO LANÇAMENTO DO PROJETO ENTREGA CONSCINETE

Santa Isabel do Ivaí, 10 de outubro

UBS.

38.	Dorângela Marques Goulart Moreira	Fonoaudióloga	→	4499123-2026
39.	Elaine Peruzzo	UBS	Enfermeira	99154.4939
40.	GLAUKUS R. BUENO	UB	Secretário	9.9929.2013
41.	Mauro Fernando Amoroso	UBS	C. Cominonada	449986995
42.	Sibéria Maria Martins da Leme	Sec. Mun. de Ed. e Ed.	Secretaria m. de Ed.	991359379
43.	Guilherme Melo Gomes Leal	UBS	Médico	51-983300503
44.	Samy Norton Baptista	UBS	farmacêutica	(44)99903-2015
45.	Fernando Miranda de Oliveira	UBS	Médico	51-992851860
46.	Alfalice Antena Campanholi Ferro	Col. Est.	Professora	991544913
47.	Priscila Fernanda Belmonte	Conselho Tutelar	Conselheira	991 222909
48.	Maíra R. S. Felipe	Assistente municipal		991173911
49.	Valeranda Duarte Santos	CRAS	Assistente	991790318
50.	Patricia Aline de S. Rodrigues	UBS	Agente	999750619
51.	Francine Maria Luitao	UBS	Enfermeira	(44)99444826
52.	SILVIA FOGAÇA	CRAS	Psicóloga	(44)991023101
53.				
54.				
55.				
56.				
57.				

LISTA DOS PROFISSIONAIS PRESENTES NO LANÇAMENTO DO PROJETO ENTREGA CONSCINETE

Planaltina do Paraná, 17 de outubro

	NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	CARGO	TELEFONE
1.	Maria Moura Alves	Conselho Tutelar	Conselheira	991365702
2.	Mozilene Alves de Jesus	Conselho Tutelar	Conselheira	991819176
3.	Edna Soares da Silva	Conselho Tutelar	Conselheira	991841653
4.	Graci Maria Jorge Roversan	Conselho Tutelar	Conselheira	99125-2688
5.	Lucia Ines Magalhães Maggioni	Primeira dama		991163098
6.	Gabriela S. Thomaz Rodrigues	UBS	PSICÓLOGA	991665075
7.	Isadora	CMEI.	COORDENADORA	
8.	Edna Logea Bilbisio	CMEI Marupindi		991350126
9.	Ypicheli Brito dos Santos	Assistência Social	Dir. Pedagógica	991160216
10.	Franisli Vinícius do Carmo Araújo	Secretaria Educação	Secretaria	99166.0761
11.	Simone Bellozani (Dona Casarim)	NRE - Banda	Assistente de Município	998494364
12.	Suzia Carmena Ferrigno	Posto Saúde	ACS	44991594630
13.	Geniza Aparecida Barbosa da Silva	Posto Saúde	TSB	44991849562
14.	Dezgin B. Rollet	Leituro	Leituro	
15.	Ana Paula Peraz	Hospital UBS	médica	18981676288
16.	Luana D. Volpato	farmácia NIST I	farmacêutica	(44) 99869-9829
17.	Marcelo Alves Fuzier Junior	NIST II	Tec. Enfermagem	991993235723

LISTA DOS PROFISSIONAIS PRESENTES NO LANÇAMENTO DO PROJETO ENTREGA CONSCINETE

Planaltina do Paraná, 17 de outubro

18.	VALERIO XAVIER DOS SANTOS	CRAS	PSICOLOGO	
19.	Nanci M. Comogon	CRAS	Assistente Social	
20.	DANIELA D.C DELLA GIUSTINNY	SAÚDE	AG- adm	
21.	Edison dos Santos de Lacerda	Psicólogo	ACS	
22.	Márcia Maria Davoni	Saúde	Psicóloga	
23.	Valéria Romogio Jomiello	SAUDE	farmacêutica	
24.	Operários de Cais motoros	Conselheiros	conselheiros	
25.	Jucely Sereira dos Santos	Educação	-	(44) 991393474
26.	Roberto C. Laurencio Cruz	Saúde	enfermeiro	
27.	Rosamunde Tomageli	ASSISTÊNCIA	ASSIST. SOCIAL	
28.	Cilia T. G. Gabbiatti	FREI ENEDINO	Diretora	
29.	Roberta F. Alexia Colambo	Saúde	SMS Saúde	
30.	Ana Maria Zapp Jamols	Educação (mãe)	Diretora	
31.	M ^{re} das glórias B. Freitas do Silveira	Assistência Social	Dirutora	
32.	Simone Gonçalves dos Santos	Saúde.	ACS	
33.	CELSO MABIONI	Professor		
34.	maria Esmeralda P. M.	Saúde	ACS	
35.	Terônica de Oliveira	Saúde	aux Enfermeira	
36.	Eduarda Rodrigues Leveira	Saúde	Enfermeira	
37.	Adriana Rodrigues	Educação	Educação	



LISTA DOS PROFISSIONAIS PRESENTES NO LANÇAMENTO DO PROJETO ENTREGA CONSCINETE

Santa Isabel do Ivaí, 10 de outubro

	NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	CARGO	TELEFONE
1.	Cyrciele de Fatima Bonatto	NRE Leanda	Sec. Pedagogia	3425-8130
2.	Sônia Jolange Casarin	NRE Leanda	Chefe	999048464
3.	Cláudia Fernandes de Sousa Santos	PC Leanda	Dirutora	99158-2574
4.	Maria Eduarda Oliveira	PC Leanda	Dirutora	"
5.	Roseli Spada de Oliveira	C.E.C. Novezo	Dirutora	998477755
6.	Alessandra Baloni	Secretaria Educação	Coordenadora	920000895
7.	Sylene Apq Montognani Santos	Conselho Tutelar	Conselheira	998329622
8.	Alessandra C. Valério Monteiro	Ed. Fernando Cz.	Dirutora	997130940
9.	Adelaide A. Garcia Silva	CECM. Alburico	Dirutora	958153225
10.	RAFAEL GUERRA ACOSTA	MINISTERIO PUBLICO	PROMOTOR	
11.	Ana Paula Gonçalves da Silva	Conselheira	Conselho Tutelar	99871 0385
12.	Isabel Ramos da Cruz	Conselheira	Conselho Tutelar	997468884
13.	Rosilene Esp. Panzão	Conselheira	Conselho Tutelar	
14.	Dyana Foj...	Conselheira	Conselho Tutelar	9.9526.2709
15.				
16.				
17.				

1	58.	Silvana M ^{te} Garcia de Ilhena	Jureta Saude	A.C.S.	
2	59.	Eym Juciaso do S. Gilbrri	Secret. Saude	Téc. Enfermagem	
3	60.	Feruzinha Aparecida dos Santos	Secret. Saude	ACS	
4	61.	M ^{re} Conceição Aurelio Henrique	SECRETARIA SAUDE	ACS	
5	62.	Luciana Alves Batista	Secretaria Saude	ACS	
6	63.	Fmo Paulo de Viterio Bonaz	Secretaria Saude	ACS	
7	64.	Roberta da Rocha	Secretaria Saude	auxiliar dentista	
8	65.	Kisilo N. Asbahr lactans	Saude	ACS	
9	66.	Liztia Carneiro dos Santos Butin	saude	ACS	
10	67.	Fabiana Porto	Saude	ACS	
11	68.	M ^{re} Marlene P. Queiroz de Ag	Saude	ACS	
12	69.	Claudete de Poletto Teggia	Cras	Pedagogica	
13	70.	Fabrisio Bezerra de Melo	Cras	P. Assunto Com.	
14	71.	Edione Bronzettel	Cras	Coord. unio	
15	72.	Alexandra de Deus Feliz	Cras	Coordenadora	
16	73.	Bruna Aparecida Apila Silveiro	Cras	Psicóloga	
17	74.	Renata Moraes Brasil	Promocao Saude	gestor	
18	75.	Alexandre Baloni	Energia Educacao	Psicolog	
19	76.	Liane Lúcia de Leves	Coord. Prom. Saude	Assistente Saude	
20	77.	Maria Angélica Pires Francisco	Saude	Psicóloga	



TJPR
SANTA ISABEL 23

Santa Mônica, 12 de outubro

Santa Isabel-PR

LISTA DOS PROFISSIONAIS PRESENTES NO LANÇAMENTO DO PROJETO ENTREGA CONSCINETE

20	18.	Paulina Kow	Autora social	Suete - STT
22	19.	Inny Claudia Luones	APAE	Diretora
23	20.	Mariana Luones	APAE	Professora
24	21.	Bianca Guizoli	APAE	Psicóloga
25	22.	Katia Farioto	APAE	Professora
26	23.	Gláucia Ellen FERREIRA	APAE	SECRETARIA
27	24.	Júlia D. Souza	ACS	ACS
28	25.	Margarete R. Minelli Blocher	OCS	OCS TR
29	26.	Thelma Gilda Araújo de Sousa	ACS	Química
30	27.	Vladimir Aleixo	ACS	SAÚDE
31	28.			
32	29.			
33	30.			
34	31.			
35	32.			
36	33.			
37	34.			
38	35.			
39	36.			
40	37.			



CONSCIENTIZAÇÃO

Adoção: Comarca de Santa Isabel do Ivaí lança projeto "Entrega Consciente"

Projeto visa evitar abandono de recém-nascidos e orientar para a entrega à adoção de forma voluntária e consciente, preservando direitos da mãe e do bebê

Publicado em 12/10/2022 às 10:40





Palestra aconteceu no Centro Cultural de Santa Isabel do Ivaí. (Foto: Portal da Cidade Loanda)

• •

Foi lançado na última segunda-feira (10), em Santa Isabel do Ivaí (17 quilômetros de Loanda), o projeto "Entrega consciente", uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), que tem como objetivo evitar o abandono de crianças recém-nascidas, por meio do incentivo da entrega à adoção voluntária nos casos em que a mulher não quer ficar com o bebê.

Um caso recente, que ganhou repercussão em nível nacional, é o da atriz Klara Castanho, que, após um estupro, seguiu todos os trâmites legais para a entrega à adoção voluntária, mas teve o sigilo quebrado, sendo exposta ela e a criança.

O evento aconteceu no Centro Cultural da cidade e foi organizado pelo fórum da comarca, que além de Santa Isabel, atende Planaltina do Paraná e Santa Mônica. A palestra foi voltada aos profissionais que atuam diretamente na rede de proteção, como assistentes sociais, conselho tutelar e professores. Foi dado amplo destaque sobre a importância e a obrigação do sigilo, para a preservação da mãe e da criança.

A juíza de Direito do fórum da comarca, Natalia Calegari Evangelista, juntamente com o assistente social judiciário, Anderson Martins e o Promotor do Ministério Público (MPPR), Rafael Guerra, explicaram sobre a importância do projeto e os direitos que são assegurados à mãe e ao bebê, nos casos da entrega voluntária. Eles lembraram que esse procedimento é previsto por lei, e consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Durante a palestra foram repassadas orientações aos profissionais da área a respeito de como proceder em casos de entrega voluntária, em que a mulher deixa claro que não quer ficar com o bebê. As equipes foram informadas sobre seus deveres para melhor amparo de crianças, adolescentes e mulheres que pretendam se valer da ferramenta legal, superando preconceitos existentes em torno de tema.

Cartazes sobre o projeto "Entrega consciente" serão colocados em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nas escolas pertencentes à comarca. Qualquer dúvida sobre a entrega voluntária pode ser sanada da Vara da Infância e Juventude do fórum.

Entenda como funciona a entrega voluntária para adoção:

- O procedimento é previsto em lei, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Ao manifestar o desejo de entrega a criança, a mulher/ adolescente é ouvida e acompanhada por uma equipe técnica;
- O processo é sigiloso, para proteção da mãe e do bebê;
- O processo é acompanhado e autorizado pelo Poder Judiciário.

- O bebê é encaminhado para ser adotado por pessoas que estão na fila de adoção, inscritas no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento.

Fonte: Portal da Cidade Loanda

#Compartilhe
com seus amigos



Receba as notícias de Loanda no seu **WhatsApp**.
Clique aqui, é gratis!

Deixe seu comentário